

HABEAS CORPUS Nº 493.964 - SP (2019/0046224-2)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : EDER CARLOS MIGUEL DA SILVA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : EDER CARLOS MIGUEL DA SILVA (PRESO)

DECISÃO

Na carta escrita por **Eder Carlos Miguel da Silva**, a alegação é de constrangimento ilegal decorrente da unificação da pena realizada no PEC n. 628.637 e a consequente elaboração do cálculo tomando-se por termo inicial para a concessão de benefício o dia do trânsito em julgado da nova condenação.

Requer a suspensão, em caráter liminar, da decisão extinção da punibilidade do Processo n. 0034275-20.2004.8.26.0071 e, ao final, a revogação desse *decisum*, alterando o início do cumprimento da pena para 17/11/2005.

É o relatório.

A falta de documentos juntados aos autos e a inevidência de existência de constrangimento ilegal, dada a aparente aplicação da Súmula 695/STF, impedem a concessão da medida de urgência requerida.

Indefiro o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de Justiça de São Paulo a respeito da eventual interposição de agravo ou de ajuizamento de *habeas corpus* para tratar da unificação das penas do ora paciente (PEC n. 628.637), bem como sobre a atual situação de **Eder Carlos Miguel da Silva** relativamente à execução da pena imposta no Processo n. 0034275-20.2004.8.26.0071.

Após, intime-se a Defensoria Pública estadual para se manifestar nos

autos, em até 10 dias, sobre a inicial e para juntar os documentos que entender pertinentes.

Transcorrido o prazo, com ou sem manifestação, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

